

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETÓRIA DE PESQUISAS - DPE
COORDENAÇÃO DOS CENSOS ECONÔMICOS
DIVISÃO DE CADASTRO E CLASSIFICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA
DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS:
EM DIREÇÃO À REESTRUTURAÇÃO

(versão preliminar)
NOVEMBRO/1994

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS - DPE
COORDENAÇÃO DOS CENSOS ECONÔMICOS
DIVISÃO DE CADASTRO E CLASSIFICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA
DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS:
EM DIREÇÃO À REESTRUTURAÇÃO

(versão preliminar)
NOVEMBRO/1994

ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS: EM DIREÇÃO À REESTRUTURAÇÃO

A constatação de que a produção das estatísticas econômicas não vinha respondendo de forma adequada à necessidade de informações atualizadas sobre a estrutura e o funcionamento da atividade econômica, levou as unidades responsáveis pelas pesquisas econômicas do IBGE¹, a partir do 2º semestre de 1992, a iniciarem um processo de reflexão e de discussão sobre o modelo e os procedimentos até então adotados na produção das estatísticas econômicas.

Por outro lado, os sucessivos cortes no orçamento do IBGE, desde 1990, implicando na ausência de recursos para a realização de Censos Econômicos - que deveriam ter sido implementados em 1991 - bem como a crescente escassez de recursos financeiros e humanos para a manutenção das pesquisas correntes, reforçavam a necessidade de repensar a produção das estatísticas econômicas, na busca de alternativas condizentes com a nova realidade do IBGE e do país.

Este documento tem por finalidade informar as atividades que vêm sendo desenvolvidas nesta direção e apresentar, para discussão, um programa para a reestruturação da produção das estatísticas econômicas num horizonte de curto e médio prazos.

Neste processo de revisão podem ser identificadas duas etapas - 1992 a 1994, a "reformulação possível"; e a partir de 1995 a "reformulação desejada".

Na primeira etapa, a escassez de recursos e o reduzido tempo para a implementação de modificações nas pesquisas contínuas definiram o limite das mudanças possíveis. Na segunda etapa, espera-se, com a realização da Pesquisa Cadastro em 1995, iniciar a implementação de uma reformulação mais profunda do processo, tendo como metas aprimorar a qualidade e ganhar maior agilidade na produção das estatísticas econômicas, e aumentar a eficiência no uso de recursos.

¹ Coordenação dos Censos Econômicos, Departamento de Indústria, Departamento de Comércio e Serviços, Divisão de Cadastro e Classificação e Assessoria Técnica da Diretoria de Pesquisas. A redação deste documento ficou a cargo de Lucia Elena Garcia de Oliveira (Coordenadora dos Censos Econômicos), Magdalena Cronemberger Góes (Assessora Técnica da Diretoria de Pesquisas) e Teresa Cristina M. Mendes (Chefe do Departamento de Indústria).

1 - ANTECEDENTES: AS ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS NO PERÍODO 1985/1992

Para se compreender a proposta de revisão do programa de estatísticas econômicas a partir de 1992, é essencial conhecer a situação em que se encontravam as pesquisas econômicas até então.

O programa das estatísticas econômicas do IBGE comportava a realização quinzenal de Censos Econômicos e a produção sistemática de pesquisas anuais e mensais.

a) Censos Econômicos - Tradicionalmente, os censos econômicos vinham sendo o instrumento central na produção de estatísticas econômicas pelo IBGE, fornecendo informações da estrutura produtiva no nível mais detalhado da classificação de atividades e cobrindo todo o espaço territorial. Além disso, os Censos serviam de base cadastral para a atualização e reformulação das pesquisas contínuas, nos anos subsequentes a sua realização.

Os últimos Censos Econômicos foram realizados em 1986, coletando informações para o ano de referência de 1985. As informações para as microempresas tornaram-se disponíveis em 1989 e, para o conjunto das empresas, em 1991.

Neste ano, o Governo Federal não liberou recursos para a implementação dos Censos Econômicos, rompendo sua periodicidade quinzenal. Apenas em 1994 o IBGE voltou a contar com recursos para o planejamento dos próximos Censos, ainda que sob restrições de um orçamento não aprovado até o momento. O orçamento de 1995, por sua vez, ainda é uma incógnita, embora a sinalização perceptível seja no sentido de restrições de gastos tão ou mais expressivas do que as do corrente ano.

b) Cadastro - A qualidade da produção de estatísticas econômicas depende da abrangência e atualização do cadastro das unidades produtivas a serem pesquisadas.

As tentativas de consolidação de um Projeto Cadastro no IBGE datam da década de 70. Condições efetivas para sua implementação ocorreram a partir dos Censos Econômicos de 1985, com a adoção do número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) como código identificador das empresas.

Com base nos resultados dos Censos Econômicos de 1985, tomou-se possível alimentar o cadastro de informantes para cerca de 1,1 milhão de empresas, contendo suas estruturas hierárquicas compatibilizadas com relação aos locais de atuação e estabelecimentos e respectivas informações econômicas.

Em face da não conclusão, até aquele momento, de um Banco de Dados que permitisse acessar o cadastro unificado e atualizado, as pesquisas contínuas da área econômica, com ano de referência posterior a 1985, tiveram seus painéis montados através da conjugação do cadastro dos Censos Econômicos de 1985 e dos Registros Administrativos disponíveis no IBGE. A incorporação de novas unidades nos painéis das pesquisas, selecionadas com base nesses registros, introduzia complicadores adicionais à coleta, em virtude dos desvios na autoclassificação dos registros utilizados.

c) Pesquisas Anuais - Estas pesquisas têm por objetivo retratar a estrutura e evolução da atividade econômica, através do levantamento de suas principais características nos anos intercensitários, conforme o modelo até então vigente.

Embora estas pesquisas tenham sido reformuladas ou introduzidas a partir de 1985, problemas relacionados ao grau de complexidade na sua concepção e, conseqüentemente, nos instrumentos de coleta, ao tamanho exagerado das amostras, à ausência de cadastros atualizados, à escassez de recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura, a não modernização dos sistemas de apuração e disseminação, além de descontinuidades gerenciais, têm resultado em um longo tempo para tornar seus dados disponíveis para o usuário, conforme Tabela 1 retratando a situação em julho de 1992.

Em face da insuficiência de recursos financeiros em 1992 para suportar integralmente seu programa de trabalho, o IBGE teve que optar por um rol mais reduzido de pesquisas para ida a campo neste ano. No caso das pesquisas econômicas anuais, os problemas mencionados acima enfraqueceram sua posição e contribuíram para a menor prioridade dada a estas estatísticas, resultando na suspensão de sua coleta neste ano.

d) Classificação de Atividades Econômicas - A classificação das atividades econômicas é o instrumento de padronização no ordenamento das unidades produtivas capaz de imprimir uma linguagem comum nas estatísticas econômicas, tomando factível sua articulação no tempo (séries temporais), no espaço (nas comparações internacionais e subnacionais) e entre fontes diversas (integração do sistema).

TABELA 1
PESQUISAS ECONÔMICAS
Situação em JULHO de 1992

PESQUISAS ECONÔMICAS	ANO DE REFERÊNCIA	ANO DE COLETA DA PESQUISA	DIVULGAÇÃO	
			CONCLUSÃO DO PLANO TABULAR NA DPE	DISSEMINAÇÃO PELO CDDI (CONCLUÍDO NA GRÁFICA)
Censos Econômicos	1985 1990	1986 não houve	1989 a 1990 -	1989 a 1991 -
Pesquisa Industrial Anual	1986	1989 e 1990	-	-
	1987	1989 e 1990	-	-
	1988	1990 a 1992	-	-
	1989	1990 até hoje	-	-
	1990	1991 até hoje	-	-
	1991	não houve	-	-
Pesquisa Anual da Indústria da Construção	1990	1991	jul. /93	-
	1991	não houve	-	-
Pesquisa Anual do Comércio	1988	1989	mar. /93	-
	1989	1990	jul. /93	-
	1990	1991	ago. /93	-
	1991	não houve	-	-
Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário	1986	1988	1991	1992
	1987	1988	1991	1992
	1988	1989	nov. /92	jan. /93
	1989	1990	abr. /93	-
	1990	1991	jul. /93	-
	1991	não houve	-	-

FONTE: CCE/DECSE/DEIND

O IBGE ocupava-se da definição de classificações de atividades dentro de ótica voltada essencialmente ao seu próprio uso como produtor central das estatísticas econômicas na economia brasileira. Assim, as classificações de atividades do IBGE tiveram sua abrangência restrita ao âmbito dos levantamentos censitários - cobrindo de forma não uniforme no tempo as atividades agropecuárias, industriais, comerciais e parte dos serviços - e eram revistas por ocasião de cada novo censo.

Os Registros Administrativos, por sua vez, suprimam a necessidade de classificações abrangentes a partir de adaptações e ampliações das classificações do IBGE. O Sistema Estatístico Nacional não contava, portanto, com uma classificação padronizada de atividades econômicas.

Por outro lado, a baixa relação de compromisso com a padronização internacional resultava em perda de consistência nas comparações com outros países.

Em relação às atividades industriais, um aspecto problemático das classificações adotadas pelo IBGE dizia respeito à definição da unidade informante básica - o estabelecimento -, subjacente aos levantamentos nesta área. O IBGE adotava como prática uma extensiva subdivisão das unidades locais industriais - especialmente no caso de unidades mais complexas - identificando "estabelecimentos" para cada etapa do processo ou parte da organização produtiva, sempre que fosse possível sua associação com atividades detalhadas na Classificação de Atividades. Como decorrência deste procedimento, as estatísticas sobre a produção industrial brasileira apresentam sistemático viés pró atividades referentes a estágios intermediários e a atividades auxiliares, em detrimento das atividades voltadas à produção de produtos finais.

As consequências desta peculiaridade na definição do estabelecimento industrial, na verdade, vão além de distorções em comparações internacionais, estando na origem dos sérios problemas enfrentados na produção das estatísticas industriais nas últimas décadas (organização e atualização de cadastros, coleta de informações, etc.).

II - REFERENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO PARA A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

A suspensão da realização dos Censos Econômicos, a partir de 1990, e o atraso na produção de informações anuais nesse período, culminando com a ruptura das séries temporais em 1992, indicavam a necessidade de se rever, com urgência, o conjunto das informações pesquisadas e o seu processo de produção.

A definição de um modelo alternativo para as estatísticas econômicas vem sendo embasada por reflexões sobre os problemas do modelo seguido até então pelo IBGE, e por experiências de outros países em estágio mais avançado e com formas diferenciadas de organização do Sistema Estatístico.

De fato, a Divisão de Estatística das Nações Unidas, responsável pela proposição do Programa de Estatísticas Econômicas, baseado em censos quinquenais,² reconheceu as dificuldades inerentes à adoção desse modelo. Os Censos Econômicos, além de caros e demorados, tomam-se rapidamente obsoletos enquanto marco amostral adequado para as pesquisas anuais.

A demanda crescente e diversificada de informações estatísticas atualizadas e a necessidade de aliar questões relativas a custo, qualidade e tempo têm levado os sistemas estatísticos a se apoiarem cada vez mais em pesquisas amostrais.

Na área econômica, os países com sistema estatístico mais estruturado já há algum tempo optaram pela ênfase nas estatísticas correntes, provenientes de pesquisas contínuas por amostras estratificadas, com o segmento das grandes empresas necessariamente pesquisado. Neste modelo a qualidade das informações geradas depende da atualização sistemática do cadastro, através não só destas próprias pesquisas, mas de uma estreita articulação com os Registros Administrativos, além de instrumentos específicos voltados para este fim.

Outrossim, a implementação do modelo cadastro/pesquisas anuais amostrais em países desenvolvidos tem sido viabilizada pelo elevado grau de formalização das unidades produtivas e conseqüente existência de registros administrativos abrangentes.

² International Recommendation for Industrial Statistics, Statistical Paper, Series M, Nº 48, Rev. 1 (United Nations Publication), 1963.

A preocupação da Comissão de Estatística das Nações Unidas com a situação de deterioração das estatísticas econômicas, em países com menor grau de formalidade ou controle legal da estrutura produtiva e, portanto, com menores chances no desenvolvimento do modelo cadastro/pesquisas anuais, originou a encomenda de pesquisa sobre metodologias alternativas apropriadas para estes países. Na 27ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, realizada em fevereiro de 1993, foi apresentado relatório contendo uma proposta metodológica nesta linha.³

Dadas as características da economia brasileira, com forte segmento empresarial convivendo com estruturas pouco formalizadas, o modelo estatístico mais adequado para obtenção de informações necessárias ao conhecimento do sistema produtivo deverá apoiar-se em parte no modelo cadastro/pesquisas anuais por amostra de unidades produtivas, e em parte no modelo pesquisa por amostra de área, mais adequado ao segmento de menor formalidade.

Em relação ao segmento empresarial da economia, o ponto de partida para a reestruturação das estatísticas econômicas está centrado no reconhecimento da necessidade de um único cadastro geral de empresas e unidades locais, estruturado e permanentemente atualizado, que venha a servir como "elemento central" do sistema de produção de estatísticas econômicas.

O tratamento das pequenas unidades econômicas que não fazem parte do segmento empresarial formal - aqui entendido como o conjunto que possui registro no Cadastro Geral de Contribuintes - (CGC) - será objeto de pesquisas por amostras de áreas, que conjuguem a investigação dentro e fora do domicílio. Embora o IBGE esteja no momento desenvolvendo uma pesquisa específica sobre a Economia Informal, já é possível obter atualmente, a partir dos dados coletados pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), estimativas para o segmento informal da economia.

Outra questão referente ao aperfeiçoamento da produção das estatísticas econômicas diz respeito à necessidade de padronização de conceitos e definições, a começar pelas classificações adotadas no Sistema Estatístico.

³ Strategies for Measuring Industrial Structure and Growth - Draft 9 February, 1993 - Report prepared for the Statistical Commission by the Statistical Division of the United Nations and The Institute of Social Studies Advisory Services (ISSAS)..

A preocupação com linguagem comum na comunicação estatística sempre esteve presente no fórum internacional. Desde o pós-guerra, organismos internacionais como a ONU ou intergovernamentais como o Escritório de Estatística da Comunidade Européia, trabalham no sentido de definição de classificações uniformizadas. Mais recentemente, em decorrência do generalizado processo de globalização das economias nacionais e do surgimento de mercados comunitários, ganha força no nível internacional o compromisso com a padronização e harmonização dos sistemas informativos, assistindo-se ao longo da década dos oitenta a enorme esforço por parte destes organismos no sentido de revisão e harmonização dos conceitos, definições e classificações que embasam os sistemas estatísticos. Diferentemente do ocorrido no passado quando a adoção destas padronizações ficava ao critério de cada país, hoje há forte pressão para sua implementação generalizada.

III - REVISÃO DO PROGRAMA DAS PESQUISAS ECONÔMICAS APÓS 1992

Apoiado nestas reflexões, o programa de revisão das estatísticas econômicas iniciado em 1992 apontava a necessidade de uma nova abordagem na produção destas estatísticas, envolvendo:

- a construção de um cadastro unificado de Empresas e Unidades Locais;
- a adoção de uma nova Classificação de Atividades Econômicas no Cadastro, que refletisse mais adequadamente a estrutura da atividade econômica, bem como permitisse a comparabilidade internacional e sua utilização padronizada pelos Registros Administrativos;
- a simplificação da unidade de investigação nas pesquisas industriais;
- a simplificação dos questionários das pesquisas anuais de Indústria, Comércio e Transporte Rodoviário;
- a redução do tamanho das amostras e painéis das pesquisas anuais;
- a padronização metodológica e integração de conceitos;
- a modernização e padronização dos sistemas utilizados na coleta e processamento dos dados, e o desenvolvimento de sistemas automatizados de classificação;
- o desenvolvimento de melhores sistemas de disseminação/divulgação de resultados;
- a rediscussão do papel dos Censos Econômicos.

III.1 - REALIZAÇÕES NO PERÍODO 1992/1994 - "A REFORMULAÇÃO POSSÍVEL"

Nesta primeira fase, o programa de revisão das estatísticas econômicas centrou-se nos seguintes pontos:

- reabilitação das pesquisas anuais;

- . desenvolvimento de instrumentos de base para a produção das estatísticas econômicas;
- . aprofundamento de estudos sobre os caminhos possíveis e viáveis para a reestruturação do programa das estatísticas econômicas.

Descreve-se sucintamente, a seguir, as realizações alcançadas, até então, em cada uma destas áreas:

1) Pesquisas Anuais

Diante do impasse criado com a suspensão da coleta no ano de 1992, da virtual inviabilidade de prosseguir com o programa das pesquisas anuais tal qual como desenhado, e reconhecendo a fundamental importância de manter a produção corrente de informações estruturais, optou-se por um caminho de simplificação, dentro do marco amostral e conceitual até então adotado, uma vez que não havia tempo hábil para mudanças mais profundas, resultando nas seguintes modificações:

- . redução das amostras;
- . simplificação dos instrumentos de coleta
- . revisão da unidade de investigação, no caso da indústria.

Com isto, conseguiu-se em 1993 retomar a coleta das pesquisas anuais, tendo as mesmas ido a campo em outubro de 1993. Embora este momento estivesse defasado em relação ao período ideal de coleta, qual seja, o 2º trimestre do ano, foi o possível em termos de disponibilidade de recursos. Ainda assim, a perspectiva de seus resultados estarem disponíveis ao final de 1994 significa uma substancial redução no tempo de produção dos dados, comparativamente ao período 1985/92 (vide Tabela 2).

TABELA 2
PESQUISAS ECONÔMICAS
Situação em Novembro de 1994

PESQUISAS CONTÍNUAS	ANO DE REFERÊNCIA	ANO DE COLETA DA PESQUISA	DISPONIBILIDADE PARA O USUÁRIO
PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL	1986		- Empresas Líderes - 1986/1987/1988 Publicada em Julho/1994
	1987	1989 E 1990	- Empresas - 1986/1987 Prevista para Janeiro/1995
	1988		- Empresa e Atividade - 1988 Prevista para Março/1995
	1989	1990/94	- Empresas Líderes - 1989/1990 Prevista para Janeiro/1995
	1990	1991/94	- Empresa e Atividade - 1989/1990 Prevista para Abril/1995
	1991	Não houve	-
	1992	1993/94	- Empresas Líderes - 1992 Dados Preliminares/1994 - Empresa e Atividade - 1992 Prevista para Fevereiro/1995
PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO	1990	1991	Publicada em Novembro/1993
	1991/1992	1993	Prevista para Dezembro/1994
	1993	1994	Prevista para Maio/1995
PESQUISA ANUAL DO COMÉRCIO	1988	1989	Publicada em 1993
	1989	1990	Publicada em 1993
	1990	1991	Publicada em Agosto - 1994
	1991	Não houve	-
	1992	1993	Prevista para Março - 1995
1993	1994	Prevista para Dezembro - 1995	
PESQUISA ANUAL DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1986	1988	Publicada em Outubro - 1992
	1987	1988	Publicada em Outubro - 1992
	1988	1989	Publicada em Janeiro - 1993
	1989	1990	Publicada em Janeiro - 1993
	1990	1991	Publicada em 1993
	1991/1992	1993	Na Gráfica em Dezembro - 1994
1993	1994	Prevista para Dezembro - 1995	

FONTE: CCE/DECSE/DEIND

OBS: As datas previstas são as de envio dos originais das publicações para impressão na Gráfica.

A simplificação realizada resultou nos seguintes formatos para as pesquisas:

- **Pesquisa Industrial Anual (PIA)** - eliminou-se a investigação de atividade pelo modelo simplificado, correspondente às pequenas empresas, e transformou-se os dois modelos de questionários (3.00 e 3.01) em um único modelo, simplificando-os. Isto resultou na diminuição da amostra, implicando na redução de cerca de 48.000 para aproximadamente 25.000 questionários.
- **Pesquisa Anual do Comércio (PAC)** - em substituição aos três tipos de formulários enviados anteriormente às empresas, de acordo com seu porte, a pesquisa passou a utilizar apenas um formulário. Em 1992, a amostra da pesquisa já havia se reduzido de 60 000 empresas para 48 000, em função das "mortes". Essa amostra foi ainda mais enxugada com a reformulação, passando a 18 000 ao se excluir as pequenas empresas.
- **Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário (PATR)** - o que era anteriormente um censo anual transformou-se em um painel das maiores empresas, tendo sido reduzido o número de informantes de 24.000 para aproximadamente 8.000. Além disso, todas as empresas passaram a responder apenas o questionário simplificado. A pesquisa foi a campo em outubro de 1992 buscando informações para 1991 e 1992.
- **Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)** - esta pesquisa, que foi implantada em 1991, não necessitou de modificação. Em outubro de 1993 foi emitida, buscando dados relativos a 1991 e 1992.

2) Cadastro e Classificação

Em relação ao desenvolvimento de instrumentos de base, avançou-se na seguinte direção:

- **Classificação de Atividades Econômicas** - Uma nova classificação de atividades econômicas está sendo desenvolvida, com base na 3ª Revisão da Classificação Internacional Padronizada de Atividades Econômicas das Nações Unidas (ISIC - Rev. 3). Esta classificação incluirá todas as atividades econômicas, diferentemente das anteriores que se referiam apenas às atividades do âmbito dos

Censos. As categorias a três ou quatro dígitos da classificação foram ampliadas para melhor refletir a estrutura de produção do país. As 159 categorias a três dígitos da ISiC foram expandidas para aproximadamente 213, e as 292 categorias a quatro dígitos foram ampliadas para cerca de 560.

Este trabalho foi realizado consultando-se diversas instituições governamentais e privadas, como Banco Central, Associações de Classe e órgãos responsáveis pela manutenção dos Registros Administrativos. Trabalha-se na perspectiva do estabelecimento de uma classificação uniforme para uso generalizado pelos produtores de informações econômicas do País.

A nova classificação de atividades econômicas deverá estar pronta em outubro próximo, sendo prevista sua publicação no Diário Oficial em novembro e sua adoção pelos órgãos de Registros Administrativos no nível federal a partir de janeiro de 1995.

. Cadastro de Empresas e Unidades Locais

Retomaram-se os trabalhos de implantação do Cadastro de Empresas e Unidades Locais em um sistema de Banco de Dados, sendo prevista sua conclusão no final de 1994, quando será possível o acesso "on-line" e a agilização no atendimento aos usuários externos.

A implantação definitiva do cadastro requer sua alimentação com dados provenientes de pesquisa de campo, que permita o desenho da estrutura produtiva na nova classificação de atividades, e sua posterior atualização sistemática, através de articulação com cadastros de Registros Administrativos e pesquisas contínuas. Prevê-se, para 1995, a realização de uma Pesquisa Cadastro, cujas características serão apresentadas no item III.2.

3) Caminhos para a Reestruturação

Ao longo dos últimos dois anos, foram realizados estudos sobre a produção das estatísticas econômicas, visando definir um programa de trabalho, a ser seguido pelo IBGE. A preocupação central com o aperfeiçoamento do processo de produção e disseminação das estatísticas econômicas permeou as discussões vis-a-vis o atual

quadro de disponibilidade de recursos, tendo como metas o aprimoramento da qualidade e maior agilidade, e eficiência no uso destes recursos.

Nestas discussões contou-se com a participação de especialistas internacionais, através de programas de cooperação com o INSEE-França, na área das estatísticas de serviços, em dezembro de 1992, e, mais recentemente, com o "Statistics Canada" em setembro de 1994, voltado especificamente para a definição do programa de trabalho, com ênfase em Cadastro e Classificação.

O Programa de Trabalho apresentado, a seguir, sintetiza estas discussões.

III.2 - PERSPECTIVAS A PARTIR DE 1995: "A REFORMULAÇÃO DESEJADA"

A estratégia para iniciar, a partir de 1995, um programa mais completo de reestruturação das estatísticas econômicas consiste em:

- . manutenção, em 1995, das pesquisas anuais no seu atual formato;
- . realização, em 1995, de pesquisa de campo para atualização do cadastro;
- . redesenho das pesquisas anuais a partir de 1996;
- . continuidade, nos anos subsequentes, da atualização e aperfeiçoamento do cadastro.

Descreve-se, a seguir, o programa de trabalho proposto para as estatísticas econômicas no período 1995/97:

1) Pesquisas Anuais

- . as pesquisas anuais serão mantidas com os mesmos desenhos e procedimentos de atualização cadastral adotados no último ano;
- . prioridade será dada a agilidade de liberação dos resultados;
- . as informações para 1994, manterão, ainda, a classificação anterior;

- as unidades econômicas pertencentes aos painéis destas pesquisas que não necessitarem de redesenho deverão ser reclassificadas, com base na nova classificação, de forma a alimentar o cadastro com estas informações.

2) Cadastro e Classificação

Considerando-se a adoção da nova classificação e o conseqüente redesenho da unidade de investigação, em especial para as estatísticas industriais, duas seriam as alternativas para alimentar o Cadastro, a partir do ano de 1995:

- via Censos Econômicos
- via pesquisas específicas e sistemáticas.

Dois fatores definiram a escolha da 2ª alternativa:

- a agilidade e obtenção de resultados, possibilitando o redesenho amostral e conceitual das pesquisas contínuas em menor prazo, questão esta primordial dada a defasagem de quase dez anos da base cadastral destas pesquisas;
- a maior viabilidade, do ponto de vista orçamentário, de um projeto cujos recursos são diluídos em vários anos em contraposição ao Projeto Censos, que, além de requerer uma vultosa soma de recursos, concentra fortemente os mesmos no ano de coleta.

Levando em conta as condições atuais e as perspectivas no futuro imediato quanto à disponibilidade de recursos no IBGE, propõe-se a seguinte estratégia para o início da implementação do cadastro a partir de 1995:

- a realização de uma pesquisa de campo cobrindo um painel das maiores empresas e uma amostra das pequenas. Estima-se que todas as empresas com mais de 10 pessoas ocupadas possam ser pesquisadas em 1995, o que equivale a cerca de 185 000 empresas, as quais correspondem, aproximadamente, 450 000 endereços de atuação, segundo a RAIS de 1992. Estas empresas representam, aproximadamente, mais de 80% do total das pessoas ocupadas e mais de 90% do total da receita no universo de empresas ativas do país. A

pesquisa cobrirá, ainda, dentre as demais empresas, uma amostra probabilística de aproximadamente 50 000 unidades;

- a redução do número de unidades a serem investigadas em 1995, comparativamente a uma operação censitária, não inviabiliza a obtenção do conhecimento do universo para fins de extração das amostras das pesquisas anuais. Ao se introduzir uma parcela que será tratada probabilisticamente, ganha-se em agilidade na obtenção dos resultados, o que possibilitará a ida a campo das pesquisas anuais com novo desenho amostral e a nova classificação já em 1996.
- a continuidade desta pesquisa nos anos subsequentes de forma a garantir a atualização da parcela já construída do cadastro e a progressiva expansão das unidades pesquisadas dentro de uma meta final de abrangência do universo de unidades produtivas;

A agilidade da Pesquisa Cadastro a ser realizada em 1995 está apoiada na utilização de um questionário bastante simples, investigando apenas:

informações cadastrais propriamente ditas (situação cadastral, ano de início de funcionamento, natureza jurídica, nome, razão social, endereço, etc.);

- informações sobre a atividade principal da empresa e de seus endereços de atuação, permitindo atribuição de código na nova classificação para a sua inclusão no cadastro; e
- informações econômicas para caracterizar o porte das unidades investigadas referidas a no máximo três variáveis: Total da Receita, Pessoal Ocupado e Salários.

Deverá ser realizado um teste piloto ainda no ano de 1994 com o objetivo de avaliar o conteúdo e o desenho do questionário, procurando-se medir o impacto em termos de custo e agilidade na obtenção de respostas.

A implementação da nova classificação no Cadastro necessita ainda de instrumentos adicionais a serem desenvolvidos ou finalizados até junho de 1995, a saber:

- . compatibilização entre a classificação nova e a anterior;
- . revisão da lista de produtos associados as atividades industriais;
- . desenvolvimento de uma lista de atividades acoplada aos códigos da classificação;

adequação dos sistemas atualmente existentes de codificação automática à nova classificação.

Os Órgãos da Administração Federal responsáveis pela produção de Registros Administrativos se propõem a adotar a nova classificação padronizada a partir de janeiro de 1995 e a prosseguir os trabalhos relacionados a manutenção e aperfeiçoamento das classificações, integrando a Comissão de Classificação - COMCLA, em processo de institucionalização. Com isto, espera-se ampliar as perspectivas de uso articulado dos cadastros dos Registros Administrativos e do IBGE.

3) Reformulação das Pesquisas Anuais a Partir De 1996 - A Reformulação das Pesquisas Anuais envolverá:

- . em 1996, o redesenho estatístico e conceitual das pesquisas anuais e sua ida a campo ainda neste ano. Com isto, os resultados referentes ao ano de 1995, com base na Nova Classificação de Atividades Econômicas, deverão estar disponíveis em meados de 1997;
- . a atualização anual das amostras, que deverá se tornar uma rotina apoiada na disponibilidade do cadastro, permitindo o levantamento de informações com representatividade sistemática do universo da atividade econômica do país, diferentemente da situação corrente.

A síntese do programa proposto para o período 1995/97 pode ser visualizada no Cronograma a seguir apresentado.

V) ESTIMATIVAS MUNICIPAIS - IMPLICAÇÕES DO MODELO CADASTRO/PESQUISAS ANUAIS

É importante esclarecer as implicações do novo modelo para as estatísticas no nível municipal. No modelo tradicional, os municípios podiam dispor de informações sobre sua estrutura produtiva através dos Censos a cada cinco anos, ainda que com uma defasagem temporal em torno de cinco a seis anos.

Na nova proposta, os municípios passam a contar através do Cadastro de Empresas e Unidades Locais com informações sistematicamente atualizadas sobre as unidades produtivas neles localizadas, quanto a classe de atividade e algumas variáveis de porte (emprego, receita e salários). Para grande parte dos municípios estes dados são suficientes para informar as suas características econômicas e sua evolução no tempo. Apenas para municípios de maior porte e com estrutura produtiva mais complexa, justifica-se a demanda de uma base de dados mais completa.

A existência de um cadastro nacional de unidades produtivas e a disponibilidade de metodologias de pesquisas amostrais na área econômica devidamente testadas pelo IBGE em suas pesquisas anuais e mensais capacita este órgão a responder a demandas deste tipo através do desenvolvimento de programas especiais, sob encomenda. Arranjos nesta linha são praticados por instituições de estatísticas de outros países. O IBGE poderá desenvolver "pacotes" de pesquisas cobrindo áreas

variadas dada a diversidade de interesses/necessidades entre os municípios.